

O IMPACTO FINANCEIRO NA SAÚDE PÚBLICA CONTRA IST'S EM ESPECÍFICO HIV NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ: ANÁLISE DE DADOS (2019 A 2022)

Recebido em: 25/04/2023

Aceito em: 29/05/2023

DOI: 10.25110/arqsaude.v27i5.2023-072

Débora Ferreira de Oliveira ¹
Lorena Cristina Oliveira Soares ²
Ailzo Mendes Miranda ³

RESUMO: O investimento financeiro desempenha um papel fundamental no combate ao HIV, sendo essencial no financiamento de programas de prevenção, como campanhas de conscientização pública, distribuição de preservativos, testagem, tratamento e pesquisas. Sem investimento adequado, as taxas de infecção podem aumentar e as pessoas que vivem com HIV podem não ter acesso aos tratamentos e serviços de que precisam. Este estudo tem como objetivo analisar sobre o aumento de investimento na área da vigilância epidemiológica relativa ao combate a Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) com um olhar para o vírus da imunodeficiência humana HIV, no município de Ji-Paraná no período de 2019 a 2022. Adotou-se como metodologia uma pesquisa elaborada de forma quantitativa, de caráter exploratório, por meio de uma análise de dados dos registros públicos epidemiológicos e também dos investimentos no fundo municipal de saúde publicados no portal de transparência do município de Ji-Paraná. O seguinte estudo possibilitou a análise dos investimentos realizados no fundo municipal de saúde para a realização de ações voltadas para o controle, diagnósticos e tratamento da Human Immuno Deficiency Virus (HIV) que teve influência direta na diminuição dos casos registrados pelo portal do Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN) no período de 2019 a 2020. Conclui-se que o investimento em saúde pública para o combate ao HIV/AIDS é fundamental e pode ser um grande desafio financeiro para os municípios, especialmente em tempos de crise econômica e escassez de recursos, a alocação de recursos adequados para programas de prevenção, tratamento, cuidados de saúde, serviços de apoio, pesquisa e monitoramento pode ajudar a reduzir a incidência de novos casos de HIV e garantir que as pessoas que vivem com HIV recebam o suporte necessário para gerenciar sua condição.

PALAVRAS-CHAVE: Aids/HIV; Saúde Pública; Investimento.

THE FINANCIAL IMPACT ON PUBLIC HEALTH AGAINST IST'S IN SPECIFIC HIV IN THE MUNICIPALITY OF JI-PARANÁ: DATA ANALYSIS (2019 TO 2022)

ABSTRACT: Financial investment plays a fundamental role in the fight against HIV, being essential in financing prevention programs, such as public awareness campaigns, condom distribution, testing, treatment, and research. Without adequate investment,

¹ Graduanda em Enfermagem. Centro Universitário São Lucas (AFYA).

E-mail: deborayt100@gmail.com

² Graduanda em Enfermagem. Centro Universitário São Lucas (AFYA).

E-mail: lorenacristinasoares.vp@gmail.com

³ Especialista em Enfermagem Oncológica. Centro Universitário São Lucas (AFYA).

E-mail: ailzo.miranda@saolucasjiparana.edu.br

infection rates can increase and people living with HIV may not have access to the treatments and services they need. This study aims to analyze the increase in investment in the area of epidemiological surveillance related to the fight against Sexually Transmitted Infections (STIs) with a focus on the Human Immunodeficiency Virus (HIV) in the municipality of Ji-Paraná from 2019 to 2022. A quantitative exploratory research methodology was adopted, through an analysis of data from public epidemiological records and also investments in the municipal health fund published on the transparency portal of the municipality of Ji-Paraná. This study enabled the analysis of investments made in the municipal health fund for actions aimed at the control, diagnosis, and treatment of the Human Immuno Deficiency Virus (HIV), which had a direct influence on the decrease in cases recorded by the Notification of Aggravations Information System (SINAN) portal from 2019 to 2020. It is concluded that public health investment for the fight against HIV/AIDS is essential and can be a significant financial challenge for municipalities, especially in times of economic crisis and resource scarcity. Adequate allocation of resources for prevention programs, treatment, healthcare, support services, research, and monitoring can help reduce the incidence of new HIV cases and ensure that people living with HIV receive the necessary support to manage their condition.

KEYWORDS: AIDS/HIV; Public Health; Financing.

IMPACTO FINANCIERO EN LA SALUD PÚBLICA CONTRA EL VIH EN EL MUNICIPIO DE JI-PARANÁ: ANÁLISIS DE DATOS (2019 A 2022)

RESUMEN: La inversión financiera juega un papel fundamental en la lucha contra el VIH, siendo esencial para el financiamiento de programas de prevención, como campañas de concientización pública, distribución de preservativos, pruebas, tratamiento e investigaciones. Sin una inversión adecuada, las tasas de infección pueden aumentar y las personas que viven con VIH pueden no tener acceso a los tratamientos y servicios que necesitan. Este estudio tiene como objetivo analizar el aumento de la inversión en el área de la vigilancia epidemiológica en relación a la lucha contra las Infecciones de Transmisión Sexual (ITS), con un enfoque en el virus de la inmunodeficiencia humana VIH, en el municipio de Ji-Paraná en el período de 2019 a 2022. Se adoptó como metodología una investigación elaborada de forma cuantitativa, de carácter exploratorio, a través de un análisis de datos de registros públicos epidemiológicos y también de las inversiones en el fondo municipal de salud publicadas en el portal de transparencia del municipio de Ji-Paraná. Este estudio permitió el análisis de las inversiones realizadas en el fondo municipal de salud para llevar a cabo acciones enfocadas en el control, diagnóstico y tratamiento del Virus de Inmunodeficiencia Humana (VIH), lo que tuvo una influencia directa en la disminución de los casos registrados por el portal del Sistema de Información de Agravios de Notificación (SINAN) en el período de 2019 a 2020. Se concluye que la inversión en salud pública para la lucha contra el VIH/SIDA es fundamental y puede ser un gran desafío financiero para los municipios, especialmente en tiempos de crisis económica y escasez de recursos, la asignación de recursos adecuados para programas de prevención, tratamiento, cuidado de la salud, servicios de apoyo, investigación y monitoreo puede ayudar a reducir la incidencia de nuevos casos de VIH y garantizar que las personas que viven con VIH reciban el apoyo necesario para manejar su condición.

PALABRAS CLAVE: VIH/SIDA; Salud Pública; Financiamiento.

1. INTRODUÇÃO

O HIV/AIDS é uma condição causada pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) que ataca o sistema imunológico do corpo humano, comprometendo a capacidade do organismo de combater outras infecções e doenças, sem tratamento, a infecção por HIV pode levar ao desenvolvimento da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), que é caracterizada pela deterioração progressiva do sistema imunológico e pelo aparecimento de infecções oportunistas graves e/ou cânceres. Este é um problema que persiste nos dias atuais acometendo a saúde pública global, e já foi o causador de mais de 36 milhões de mortes no mundo (ROSA et al., 2022).

A epidemia do HIV apresentou mudanças significativas em suas características ao longo do tempo, e isso inclui tanto o perfil epidemiológico quanto à evolução clínica da doença. Durante os primeiros anos da epidemia, na década de 1980, a AIDS era vista como uma doença incurável e altamente estigmatizada. Os pacientes com HIV/AIDS enfrentavam muitas barreiras para acessar serviços de saúde e tratamento adequado, e a assistência médica se concentrava principalmente em hospitais e clínicas especializadas. (ANTUNES; PADOIN; PAULA, 2018).

Os serviços especializados em saúde desempenham um papel importante no apoio ao diagnóstico, tratamento e reabilitação de pessoas com HIV/AIDS. Esses serviços são geralmente mais capacitados e têm recursos específicos para lidar com as complexidades da doença, como a terapia antirretroviral e o tratamento de comorbidades associadas. Atenção básica de saúde, como os serviços de saúde da família e as unidades básicas de saúde, também desempenham um papel fundamental na prevenção e controle da infecção pelo HIV. Esses serviços são geralmente a porta de entrada do sistema de saúde e têm um papel importante na detecção precoce da infecção, na oferta de testes de diagnóstico e na orientação sobre medidas preventivas. Portanto, a colaboração entre serviços especializados de atenção básica é fundamental para garantir o cuidado integral e abrangente das pessoas com HIV/AIDS e para prevenir e controlar a disseminação da doença. (Araújo et al., 2018).

Incentivar a testagem anti-HIV é uma estratégia importante na prevenção e controle da infecção. Isso porque a testagem permite o diagnóstico precoce da doença, o que é fundamental para iniciar o tratamento oportuno e reduzir a morbimortalidade associada ao HIV/AIDS. Portanto, é uma estratégia importante para prevenir a transmissão da doença e reduzir a morbimortalidade associada ao HIV/AIDS. As políticas

públicas de saúde devem incluir a promoção da testagem como uma medida preventiva e a garantia do acesso a testes confiáveis e de qualidade para toda a população. Além disso, aconselhamento e orientação devem ser oferecidos antes e depois do teste para apoiar as pessoas no processo de diagnóstico e no acesso aos cuidados e tratamentos adequados.

No Brasil, em 2019, foram diagnosticados 41.909 novos casos de HIV e 37.308 casos de aids, a maior parte na região Sudeste (35,3%), seguida pelas regiões Nordeste (25,6%), Sul (18,2%), Norte (11,8%) e Centro-Oeste (9,1%). Entre 1980 e 2020, foram diagnosticados mais de 1 milhão de casos de aids no país, sendo que a taxa de detecção de aids, que era de 21,9/100 mil habitantes, em 2012, passou para 17,8/100 mil habitantes em 2019, correspondendo a um decréscimo de 18,7% (ROSA, 2021).

A epidemia de HIV no Brasil é considerada estável, mas ainda representa um importante desafio para a saúde pública. A infecção pelo HIV tornou-se uma condição crônica, o que exige a adoção de tecnologias para fortalecer as práticas e estratégias de cuidado para as Pessoas Vivendo com HIV/AIDS (PVHA). Essas tecnologias podem ser de diferentes tipos, incluindo materiais, como instrumentos, ferramentas e dispositivos, ou não materiais, como novas formas de organizar o trabalho, processos e fluxos. Por exemplo, a implementação de sistemas informatizados para o registro e acompanhamento de PVHA pode facilitar a gestão do cuidado e a tomada de decisões clínicas. Em relação à notificação compulsória da AIDS no Brasil, ela teve início com a publicação da Portaria nº 542, de 22 de dezembro de 1986, atualmente, a notificação compulsória da AIDS é realizada em todo o território nacional e é fundamental para o planejamento e monitoramento das ações de saúde pública relacionadas ao HIV/AIDS. (Ministério da Saúde, 2022).

O investimento financeiro é crucial para apoiar as pesquisas, desenvolvimento de novos tratamentos e tecnologias, bem como para o financiamento de programas de sensibilização, prevenção e tratamento do HIV/AIDS em todo o mundo. Sendo um elemento chave para a redução dos casos, garantindo acesso a informações, prevenção e tratamento, reduzindo a vulnerabilidade e promovendo a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, com base nisso este estudo trata-se de uma pesquisa elaborada de forma quantitativa, de caráter exploratório, por meio de uma análise de dados abertos disponíveis no portal transparência, que permitiu o embasamento teórico, com o intuito de analisar o impacto financeiro na saúde pública e sua devida influência no combate epidemiológico das IST's.

O atual trabalho tem o objetivo de analisar e descrever sobre o aumento do investimento na área da vigilância epidemiológica relativa ao combate a Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) com um olhar para o vírus da imunodeficiência humana HIV, e a sua influência quando relacionada a quantidade de casos notificados no município de Ji-Paraná no período de 2019 a 2022, buscando assim contribuir no entendimento teórico e uma amostragem prática da importância de trabalhar uma linha de financiamento exclusivo para tal programa com intuito de fortalecer as ações de promoções e prevenções relativo a patologia supracitada.

2. METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma pesquisa elaborada de forma quantitativa, de caráter exploratório, por meio de uma análise de dados, que permitiu o embasamento teórico do tema, com o intuito de compreender o impacto financeiro na saúde pública e sua influência no combate epidemiológico.

De acordo com Aliaga e Gunderson (2002), pode-se entender a pesquisa quantitativa como a “explicação de fenômenos por meio da coleta de dados numéricos que serão analisados através de métodos matemáticos (em particular, os estatísticos)”.

Segundo Gil (2002, p. 41) “pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, incluindo levantamento bibliográfico e entrevistas”.

A análise foi realizada sob os dados publicados no período de 2019 a 2022, no município de Ji-Paraná/RO. Sendo inspecionado os dados anuais no portal transparência da prestação de conta do fundo municipal da saúde, assim como do Sistema de Informações de Agravos de Notificações (SINAN), onde foi revisado os dados epidemiológicos municipais das IST 's especialmente o HIV.

A disponibilidade de dados epidemiológicos fornecidos pelo SINAN permite a realização do diagnóstico dinâmico da ocorrência de um evento na população, podendo fornecer subsídios para explicações causais dos agravos de notificação compulsória, além de vir a indicar riscos aos quais a população está sujeita, contribuindo assim, para a identificação da realidade epidemiológica de determinada área geográfica. É, portanto, um instrumento relevante para auxiliar o planejamento da saúde, definir prioridades de intervenção, além de permitir que seja avaliado o impacto das intervenções (SINAN,2016).

3. EMBASAMENTO TEÓRICO

3.1 Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis/ Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (PN-DST/AIDS)

O PN-DST/AIDS foi criado em 1986 pelo Ministério da Saúde do Brasil com o objetivo de coordenar e implementar ações de prevenção, assistência, diagnóstico e tratamento das doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) do vírus da imunodeficiência humana (HIV)/AIDS no país. O programa é baseado em uma abordagem de promoção da saúde e prevenção combinada, que reconhece a necessidade de combinar diferentes estratégias de prevenção para alcançar melhores resultados (MONTEIRO; VILLELA, 2009).

Alguns dos principais objetivos norteadores deste programa é a promoção de ações de prevenção e controle das DSTs e do HIV/AIDS; Ampliação o acesso à testagem e diagnóstico precoce; Garantia a assistência integral às pessoas vivendo com HIV/AIDS; Redução da transmissão vertical do HIV (da mãe para o bebê); Redução da discriminação e o estigma associados à AIDS.

As diretrizes e ações que norteiam o programa incluem a prevenção e promoção da saúde por meio de estratégias que envolvem a educação em saúde, a promoção do uso de preservativos, a realização de testes para diagnóstico precoce, a ampliação do acesso aos serviços de saúde, entre outras medidas; Assistência e tratamento às pessoas que vivem com DST/Aids, por meio da oferta de serviços de saúde de qualidade, incluindo o acesso a medicamentos e terapias adequadas, o acompanhamento multidisciplinar e a promoção do bem-estar físico, psicológico e social das pessoas que vivem com HIV/AIDS; Acesso universal aos serviços de saúde, independentemente da condição socioeconômica, orientação sexual ou identidade de gênero das pessoas; Equidade buscando reduzir as desigualdades no acesso aos serviços e tratamentos, além de combater o estigma e a discriminação em relação às pessoas que vivem com DST/AIDS Participação social que visa garantir que as necessidades e demandas das pessoas que vivem com DST/AIDS sejam atendidas de forma efetiva; Gestão descentralizada que é a transferência de responsabilidades para os estados e municípios, visando a melhoria da qualidade e efetividade dos serviços prestados (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1999; ADRIANO, 2011).

O programa é implementado em parceria com os estados, municípios e organizações da sociedade civil, por meio de uma rede de serviços de saúde

especializados em DST/HIV/AIDS. Ações como distribuição gratuita de preservativos e testes rápidos de HIV em unidades de saúde, campanhas de conscientização e treinamento de profissionais da saúde fazem parte das estratégias utilizadas pelo programa. Graças ao PN-DST/AIDS, o Brasil conseguiu avanços significativos na prevenção e tratamento do HIV/AIDS. Desde a criação do programa, houve uma redução na taxa de mortalidade por AIDS e na transmissão vertical do HIV, além de melhorias na assistência e tratamento de pessoas vivendo com HIV/AIDS.

3.2 Contexto Histórico

O investimento financeiro em infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) tornou-se uma preocupação global desde o início do século XX, à medida que o mundo reconheceu a necessidade de prevenir e controlar a propagação dessas doenças.

A implementação do financiamento na luta contra o HIV é um fenômeno relativamente recente na história da epidemia. No início da crise do HIV/AIDS na década de 1980, havia muito pouco financiamento disponível para pesquisas, prevenção e tratamento da doença. A falta de financiamento foi um grande obstáculo para o desenvolvimento de terapias eficazes e para a prestação de cuidados aos pacientes, boa parte desse panorama deve um avanço na reforma sanitária e os debates apresentados na 08ª Conferência Nacional de Saúde afim de estabelecer acesso universal a saúde a todos os brasileiros. (Tominc, G. C. et al., 2022)

No entanto, ao longo das décadas seguintes, a pressão da sociedade civil e de organizações ativistas levou a um aumento significativo do financiamento para a pesquisa e tratamento do HIV/AIDS. Em particular, a criação do Fundo Global de Luta contra a AIDS, Tuberculose e Malária em 2002, ajudou a mobilizar recursos significativos para combater a epidemia em todo o mundo, entretanto nos últimos 10 anos a não participação popular nas conferências de saúde como forma de exercer a cidadania, e buscar melhoria dos serviços de saúde vem sendo algo preocupante, visto que no contexto histórico tais lutas ajudou a desenhar um dos maiores programas assistências de saúde do mundo. (Tominc, G. C. et al., 2022)

A epidemia de HIV/AIDS despertou uma preocupação global sobre a importância de prevenir e controlar a transmissão de ISTs e DSTs, levando a um aumento significativo no investimento financeiro em pesquisas, prevenção e tratamento dessas doenças. O

Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de HIV/AIDS e outras DSTs, lançado em 2013, representou um marco importante na história do financiamento das políticas públicas de combate ao HIV/AIDS no Brasil. Esse plano estabeleceu metas ambiciosas para a redução do número de novas infecções pelo HIV e para o aumento do acesso aos serviços de prevenção e tratamento.

O aumento do financiamento possibilitou a pesquisa e o desenvolvimento de novos medicamentos antirretrovirais, que podem ajudar a controlar a infecção pelo HIV e prevenir a transmissão do vírus. Além disso, os fundos ajudaram a expandir a cobertura de testes e tratamento em países de baixa e média renda, onde a maioria dos casos de HIV/AIDS ocorre.

Hoje em dia, o financiamento continua a ser um fator crítico na luta contra o HIV/AIDS. Enquanto a pesquisa em andamento busca uma cura, o financiamento contínuo é necessário para garantir que as pessoas que vivem com HIV tenham acesso aos medicamentos e serviços de que precisam para viver bem e saudavelmente, estes investimentos em ISTs e DSTs incluem programas de prevenção, como distribuição de preservativos e educação sexual, testes rápidos e tratamento, e pesquisas em novas tecnologias, vacinas e medicamentos para o tratamento e prevenção dessas doenças. Ainda há muito a ser feito para controlar e prevenir a propagação de ISTs e DSTs, e o financiamento contínuo é essencial para alcançar esses objetivos.

3.3 Amparo Legal

Existem várias leis que amparam o Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (PN-DST/AIDS) no Brasil.

A Lei nº 13.504, de 7 de novembro de 2017, institui o mês de dezembro como o "dezembro vermelho". A lei tem como objetivo principal conscientizar a população sobre a importância do diagnóstico precoce, da prevenção, do tratamento adequado e do combate ao HIV e à AIDS, além de combater o estigma e a discriminação associados à doença. A iniciativa de instituir o "dezembro Vermelho" no Brasil foi inspirada no Dia Mundial de Luta contra a AIDS, celebrado internacionalmente no dia 1º de dezembro de 1988. Com a instituição do "dezembro Vermelho", o Brasil se une a outras iniciativas em todo o mundo que buscam aumentar a conscientização sobre o HIV e a AIDS. (BRASIL, 2017)

A Lei nº 9.313/96 instituiu o Programa Nacional de IST e Aids e estabeleceu a política nacional de prevenção e controle das ISTs. Essa lei estabeleceu as diretrizes para a prevenção e o tratamento das doenças sexualmente transmissíveis e da Aids no Brasil, esta lei representou um importante marco na luta contra as doenças sexualmente transmissíveis e Aids no Brasil, ao estabelecer uma política nacional para a prevenção e controle dessas enfermidades. (BRASIL, 1996).

A Lei nº 12.984/14 estabelece punições para condutas discriminatórias contra portadores do HIV e doentes de AIDS. Essa lei prevê que é crime punível com reclusão de 1 a 4 anos e multa, caso a vítima seja menor de 18 anos, a pena é aumentada em um terço. O objetivo da lei é garantir a proteção dos direitos das pessoas que vivem com HIV/AIDS e prevenir a discriminação e o estigma associados à doença. (BRASIL, 2014).

A Portaria nº 2104, de 19 de novembro de 2002, estabelece no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) a obrigatoriedade da realização do teste anti-HIV por ocasião do pré-natal e no momento do parto, garantindo o aconselhamento e o sigilo. O objetivo é prevenir a transmissão vertical do HIV, que é a principal fonte de infecção por AIDS em menores de 13 anos de idade no Brasil. A portaria também garante o acesso universal e igualitário ao diagnóstico, tratamento e assistência às gestantes e puérperas portadoras do HIV. O diagnóstico do HIV deve ser registrado na Declaração de Nascido Vivo e na Declaração de Óbito, quando for o caso. (BRASIL, 2002)

Além dessas leis, existem outras normas jurídicas que amparam o PN-DST/AIDS, como resoluções do Conselho Nacional de Saúde e portarias do Ministério da Saúde. O objetivo dessas leis e normas é garantir o direito à saúde das pessoas que vivem com HIV/AIDS, assegurar o acesso aos serviços de prevenção e tratamento da doença, além de promover ações de educação e conscientização da população sobre a importância da prevenção das DSTs e do HIV.

3.4 Contexto Histórico ao Combate ao Hiv no Município de Ji-Paraná

No ano de 2022 o SAE-IST realizou cerca de 5 mil testes rápidos no município de Ji-Paraná para a detecção de HIV, sífilis e das hepatites B e C. Para a equipe multiprofissional envolvida nas ações, a queda nos registros de casos de HIV está diretamente ligada às ações de testagem e de conscientização.

Segundo a reportagem publicada em 2022, a enfermeira responsável pelo serviço de assistência especializada em Infecções Sexualmente Transmissíveis (SAE-IST) em entrevista, relatou a seguinte observação:

Durante o ano, realizamos ações externas, com a população de vulnerabilidade social, com caminhoneiros na BR-364 e também na Parada do Orgulho LGBT. Também participamos de ações educativas e entrevistas para conscientizarmos a população sobre o HIV e outras ISTs.

Neste mesmo ano, os municípios de Ji-Paraná e Vilhena pertencentes ao estado de Rondônia receberam a certificação de livres de transmissão vertical do Vírus HIV. O reconhecimento vem do Ministério da Saúde – MS e da OPAS, reforçando as ações do Governo de Rondônia, por meio da Agência Estadual de Vigilância em Saúde – Agevisa. Em parceria com os municípios, a certificação fortalece o combate às Infecções Sexualmente Transmissíveis – ISTs, principalmente durante a gestação e o parto. (AGEVISA,2023).

Tal honraria tem como principal objetivo, reduzir a transmissão vertical do HIV de mãe para filho durante a gestação, parto e aleitamento, garantindo uma geração livre da doença, incentivar as unidades de saúde a implementar medidas eficazes de prevenção e controle do HIV, desde o diagnóstico precoce da infecção até a oferta de tratamento antirretroviral e profilaxia para a mãe e o recém-nascido. A certificação de livres de transmissão vertical do HIV também tem o objetivo de fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) e promover a excelência dos serviços de saúde. As regras para receber a certificação estão respaldadas pelo Guia de Certificação da Eliminação da Transmissão Vertical de HIV e/ou Sífilis, ligada à Organização Pan-Americana da Saúde e à Organização Mundial da Saúde. (AGEVISA, 2023; Ministério da Saúde, 2022)

Não há metas específicas estabelecidas pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) para o combate ao HIV por município. As metas e objetivos estabelecidos por essas organizações são direcionados para os países como um todo e buscam orientar as políticas e programas nacionais de prevenção, tratamento e cuidados relacionados ao HIV, para o melhor desenvolvimentos dessas metas muitos países têm adaptado essas definições globais para suas realidades locais e definido metas específicas para as regiões, incluindo os municípios. Essas metas regionais e locais podem ser estabelecidas em colaboração com as autoridades de saúde

locais, profissionais de saúde, organizações da sociedade civil e outras partes interessadas, a fim de garantir que as metas sejam realistas e alcançáveis.

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) lideram a iniciativa global com o objetivo de acabar com a epidemia de AIDS até 2030 e estabelecer a meta 90, que seria, 90% das pessoas que vivem com HIV devem ser diagnosticadas; 90% das pessoas diagnosticadas com HIV devem estar em tratamento antirretroviral (TARV); 90% das pessoas em TARV devem ter supressão viral. (UNAIDS, 2020).

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

O controle do HIV é uma questão de saúde pública que envolve muitos fatores, incluindo acesso a serviços de saúde, tratamento e prevenção, educação e conscientização da população. O financiamento adequado pode garantir que as pessoas que vivem com HIV tenham acesso aos medicamentos e cuidados de saúde necessários para manter o vírus sob controle e prevenir a progressão da doença. Além disso, o financiamento adequado dos programas de educação e conscientização sobre o HIV também pode ser de grande influência para a redução do número de novas infecções.

No ano de 2019 segundo o Serviço de Assistência Especializada em Infecções Sexualmente Transmissíveis (SAE-IST) foram registrados 64 novos casos de HIV positivo no município de Ji-Paraná. Durante o mês de dezembro o qual é o mês de conscientização e luta contra o HIV/Aids a prefeitura do município intensificou ações de combate ao HIV realizando testagem rápida em pontos estratégicos do município, para a realização dessas ações de prevenção, controle de transmissão e tratamento é gerado um custo financeiro, sendo que neste ano o investido para as unidades de atenção básica do município foi um total de R\$ 15 milhões de reais. (SINAN, 2019. SEMUSA, 2019).

Em 2020 o Município realizou ações para teste rápido de HIV na véspera do feriado de Carnaval, esta ação intensiva foi para incentivar a população a cuidar da saúde neste período de festividades onde ocorrem um grande aumento de procura por esse atendimento. Durante o ano foram diagnosticados 81 novos casos HIV positivo no município, sendo que no presente ano foi aportado um investimento superior de 26,67% para toda a rede da atenção básica municipal se comparado a o ano anterior, não havendo direcionamento destes valores para as ações de vigilância epidemiológica, prevenção e controle das DST/AIDS.

Se comparamos o investimento financeiro no de 2019 a 2021 o salto é significativo sendo superior em 31,83%, sendo que o mesmo continuou não havendo repasse diretamente ligadas ações de vigilância epidemiológica, prevenção e controle das DST/AIDS. Importante salientar que setor responsável por essa área no município continuou o trabalho de combate ao HIV realizando promoção em saúde aumentando o número de pessoas assistidas pela assistência, sendo realizado somente em 2021 mais de 40 mil testes rápidos para detecção de ISTs, além de distribuir na rede pública cerca de 220 mil preservativos. Com um aumento dos investimentos públicos voltados para rede de atenção básica municipal, comparado ao ano anterior, foi registrado uma queda de 28,29% na incidência de casos notificados.

Observando o valor investido em 2022, este já foi maior nos últimos três anos alcançando aporte de mais de 48,28% para toda a rede de atenção básica, além de destinar quantia de R\$ 40 mil reais ou 0,14% de todo o montante arrecadado especificamente para as ações de vigilância, prevenção e controle das DST/AIDS e Hepatites virais, do município. A prefeitura realizou a capacitação dos profissionais para atuação na pós-exposição ao HIV com o objetivo de fortalecer a prevenção combinada e cuidado contínuo, também por meio do Serviço de Assistência Especializada em Infecções Sexualmente Transmissíveis (SAE-IST) da Semusa, prestou atendimento a cerca de mil pessoas que convivem com o HIV. O SAE-IST também realizou cerca de 5 mil testes rápidos para a detecção de HIV, as equipes de saúde realizaram testagem rápida em ações, eventos e em diferentes setores e comunidades do município de Ji-Paraná.

Com isso, observa que o aumento das ações e realizações municipais de prevenção e controle foi de grande impacto no declínio de casos de HIV no município de Ji-Paraná, com a possibilidade de maiores investimentos realizados pelo poder públicos nestas ações pode-se sua eficácia quando realizado o demonstrativo da quantidade de notificações, apresentadas em cada ano e os valores investidos anualmente, no período de 4 anos, conclui-se que a cada ano houve uma redução gradativa na quantidade de casos conforme o acréscimo financeiro anual, em um comparativo do período analisado averiguou-se que a queda total de casos nesse período de 50,2%.

O investimento adequado e sua gestão podem contribuir diretamente para prevenção e controle de transmissão do HIV/AIDS, é importante salientar que o lado financeiro ainda é um dos principais fatores que podem influenciar no controle do HIV. Em resumo, o financiamento adequado é de suma importância para o controle do HIV,

pois pode garantir o acesso ao tratamento e aos cuidados de saúde necessários, além de promover campanhas de conscientização e prevenção do HIV.

5. CONCLUSÃO

O Brasil investe em ações de prevenção e promoção da saúde para reduzir a transmissão do HIV/AIDS. O investimento em saúde pública para o combate ao HIV/AIDS é fundamental e pode ser um grande desafio financeiro para os municípios, especialmente em tempos de crise econômica oriunda da maior pandemia já presenciada pela raça humana, além da escassez de recursos. A modificação no valor de custos e investimentos governamentais tendem a ser de grande influência na alteração das taxas de comorbidades populacional, a falta ou a redução desse investimento ao órgão responsável pelo controle de contaminação da doença pode gerar um desfalque podendo influenciar o no índice de contaminação de IST's.

De acordo com o Ministério da Saúde, o tratamento antirretroviral é oferecido gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para todas as pessoas que vivem com HIV/AIDS no Brasil. O custo do tratamento antirretroviral é alto e varia de acordo com a combinação dos medicamentos utilizados e o estágio da doença. Isso inclui a distribuição gratuita de preservativos, a realização de testes de HIV, a implementação da profilaxia pré-exposição (PrEP) e ações educativas para conscientizar a população sobre a importância da prevenção. O investimento público pode desempenhar um papel fundamental na prevenção e controle do HIV em um município. A alocação de recursos adequados para programas de prevenção, tratamento, cuidados de saúde, serviços de apoio, pesquisa e monitoramento pode ajudar a reduzir a incidência de novos casos de HIV e garantir que as pessoas que vivem com HIV recebam o suporte necessário para gerenciar sua condição.

É notório que o poder público apresentou um avanço significativo para controle do HIV, porém, se olharmos pelo lado financeiro ainda está muito defasado pois nos primeiros três anos analisados não existiu uma linha de financiamento específico que a iniciativa pública tenha foco o promoção e prevenção do Vírus do HIV, como política de erradicação na transmissão do vírus, essa destinação do investimento com fim específico aconteceu somente no ano de 2022, que mesmo realizado foi de apenas de R\$ 40 mil reais ou 0,14% de todo o montante arrecadado, ou seja, mesmo com pouca valorização ainda assim, foi um ano de grande declínio nos casos registrados.

Este trabalho teve como principal objetivo de analisar e descrever a importância de estabelecer investimento na área da vigilância epidemiológica relativa ao combate a Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) com um olhar para o vírus da imunodeficiência humana HIV, e a sua influência quando relacionada a quantidade de casos notificados no município de Ji-Paraná no período de 2019 a 2022. Podendo-se resultar que as condições financeiras são de suma importância quando falarmos na erradicação do HIV/AIDS, já que os resultados nesta análise de dados sobre os investimentos em prevenção, obteve-se uma reflexão sobre como os investimentos contínuos em programas de prevenção e educação sobre HIV podem auxiliar na queda drástica nos números de casos registrados.

Durante a realização desse estudo foi notório a dificuldade para ter acesso aos valores detalhados das posses municipais de saúde e seu destino quanto as redes ou sistemas de atenção à saúde (RAS) e seus fins dentro das mesmas, houve também uma dificuldade para o conhecimento das ações de promoção e prevenção ao combate do HIV/AIDS, sendo pouco realizada a publicação detalhada de tais ações e do financiamento municipal exclusivo para tal programa, destaca-se que o mesmo, e dado uma ênfase maior apenas no mês de conscientização.

Por fim, é importante salientar que falta incentivo e a continuidade de estudos e pesquisas na área financiamento para à prevenção ao HIV, buscando novas estratégias e métodos para aprimorar as políticas públicas existentes afim de garantir uma melhor qualidade de vida para as pessoas que vivem com o vírus, além, avaliar a eficácia dos recursos financeiros alocados para políticas públicas relacionadas ao HIV, sintetizar as implicações orçamentárias de mudanças nas políticas, averiguar a relação entre financiamento e impacto na saúde pública, e por fim promover a transparência e o monitoramento dos gastos públicos em políticas relacionadas ao HIV.

REFERÊNCIAS

ADRIANO, J. G. L. Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis/Síndrome da imunodeficiência adquirida. **Fiocruz**, 2011. Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/judicializacao/pdfs/515.pdf>>. Acesso em 5 abr. 2023.

ANTUNES, B. S.; PADOIN, S. M. M.; PAULA, C. C. Avaliação dos atributos da atenção primária à saúde: crianças e adolescentes vivendo com HIV. **Escola Anna Nery**, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 09 mar. 2023

ARAÚJO, W. J.; et al. Percepção de enfermeiros que realizam testes rápidos em Centros de Saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. acesso em: 09 mar. 2023

BRASIL. lei nº 12.984, de 2 de junho de 2014. Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de aids. Brasília, DF, 03 jun. 2014.

BRASIL. lei nº 13.504, de 7 de novembro de 2017. Institui a campanha nacional de prevenção ao HIV/AIDS e outras infecções sexualmente transmissíveis, denominada dezembro Vermelho. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 nov. 2017.

BRASIL. lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996. Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 nov. 1996;

BRASIL. Ministério da Saúde. Datasus: Gerência técnica de vigilância epidemiológica. Disponível em: <http://tabnet.agevisa.ro.gov.br/>. Acesso em: 20 abr. 2023

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do ministério. **Portaria nº 2104, de 19 de novembro de 2002**. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Ministério da saúde. Ministério da Saúde certifica municípios por eliminação da transmissão vertical de HIV e sífilis. **Vigilância em saúde**. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/dezembro/ministerio-da-saude-certifica-municipios-por-eliminacao-da-transmissao-vertical-de-hiv-e-sifilis>>. Acesso em: 10 abr. 2023

BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. **Guia para certificação da eliminação da transmissão vertical de HIV e/ou Sífilis**. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde. 2021. 52 p.

BRASIL. Ministério da saúde. Sinan. O Sinan. Disponível em: <<http://www.portalsinan.saude.gov.br/>>. Acesso em 10 mar. 2023.

BRASIL. UNAIDS Brasil. 90–90–90: bom progresso, mas o mundo está longe de atingir as metas de 2020. **Un aids**. Brasília, DF. 21 set. 2020. Disponível em: <<https://unaids.org.br/2020/09/90-90-90-bom-progresso-mas-o-mundo-esta-longo-de-atingir-as-metas-de-2020/>>. Acesso em: 08 abr. 2023

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde Coordenação Nacional de DST e Aids. **Política Nacional de DST/aids: princípios e diretrizes / Coordenação Nacional de DST e Aids**. Brasília. 1999. 92 p.

Coordenadoria de Comunicação Social. **Ji-Paraná registra queda no número de casos de HIV, 2023**. Disponível em: <<https://ji-parana.ro.gov.br/noticias/ji-parana-registra-queda-no-numero-de-casos-de-hiv/>>. Acesso em 13 mar. 2023.

Coordenadoria de comunicação social. **Prefeitura capacita profissionais para atuação pós-exposição ao HIV, 2022**. Disponível em:<<https://ji-parana.ro.gov.br/noticias/prefeitura-capacita-profissionais-para-atuacao-pos-exposicao-ao-hiv/>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

Coordenadoria de comunicação social. **Semusa se destacou no combate à pandemia, 2021**. Disponível em:<<https://ji-parana.ro.gov.br/noticias/semusa-se-destacou-no-combate-a-pandemia/>> Acesso em: 15 abr. 2023.

JACKSON, V. Portal do governo do estado de Rondônia. Municípios de Rondônia recebem certificação de livres de transmissão vertical de HIV e sífilis congênita. **AGEVISA, 2022**. Disponível em: <<https://rondonia.ro.gov.br/municipios-de-rondonia-recebem-certificacao-de-livres-de-transmissao-vertical-de-hiv-e-sifilis-congenita/>>. Acesso em: 05 abr. 2023.

MELO, M. C.; ALMEIDA, V. C.; DONALÍSIO, M. R. Tendência da incidência de HIV-aids segundo diferentes critérios diagnósticos em Campinas-SP, Brasil de 1980 a 2016. **Ciência & Saúde Coletiva, 2021**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 08 mar. 2023

PASCHOARELLI, L. C.; MEDOLA, F. O.; BONFIM, G. H. C. Características Qualitativas, Quantitativas e Quali Quantitativas de Abordagens Científicas: estudos de caso na subárea do Design Ergonômico. **Revista de Design, Tecnologia e Sociedade, 2015**. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/design-tecnologia-sociedade/article/view/15699>>. Acesso em: 09 mar. 2023.

ROSA, P. B. Distribuição espacial e incidência de casos de HIV/aids em Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, 2001 a 2020. **Epidemiologia e Serviços de Saúde, 2021**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 8 mar. 2023.

TOMINC, G. C.; OLIVEIRA, P. C. de.; FERREIRA, L. R. de.P.; CANOFF, J. R. de. A.; AZEVEDO, S. R. G. A.; MATIUSSI, J. R.; VIEIRA, M. C. E. V.; BOLETA-CERANTO. Análise da participação popular e das variáveis que interferem na mesma com relação ao SUS: uma revisão. *Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR*. Umuarama. v. 26, n. 3, p. 580-586, set./dez. 2022.